

LEI N.º 1.711, DE 25 DE JUNHO DE 2024

FIXA OS SUBSÍDIOS DOS VEREADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE **CAMPO** PARA O PERÍODO FLORIDO/MG DA LEGISLATURA DE 2025 A 2028 E DÁ **PROVIDÊNCIAS** 

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMPO FLORIDO, ESTADO DE MINAS

GERAIS, no uso de suas atribuições previstas no art. 66, inciso III da Lei Orgânica, sanciona a seguinte Lei de iniciativa da Câmara Municipal de Vereadores de Campo Florido/MG, cuja autoria foi da Mesa Diretora:

Art. 1.º O subsídio mensal dos vereadores da Câmara Municipal de Campo Florido/MG, para

- Legislatura de 2025 a 2028, fica fixado, em parcela única, no valor de R\$ 6.601,27 (seis mils
- seiscentos e um reais e vinte e sete centavos).

  § 1.º A percepção do subsídio está condicionada ao comparecimento do vereador às Sessões está condicionada ao comparecimento do vereador actual de la condicionada ao comparecimento de la condicionada ao condicion Ordinárias da Câmara.
- Ordinárias da Câmara.

  § 2.º Será considerado presente à Sessão, o vereador que assinar a folha de presença no início da Sessão, que participar da votação das proposições constantes da pauta e permanecer no Plenário até o encerramento da Ordem do Dia.

  § 3.º O Vereador que não comparecer às Sessões a que se refere o §1º, deverá apresentar justificativa à Mesa Diretora.

  Art. 2.º Fica assegurada aos subsídios fixados por esta lei, recomposição anual, respeitado o previsto no Artigo 37. incisos X. XI e XV. da Constituição Federal, tendo como limite máximo a simula previsto por esta lei proposição anual previsto no Artigo 37. incisos X. XI e XV. da Constituição Federal, tendo como limite máximo a simula previsto por esta lei previsto no Artigo 37. incisos X. XI e XV. da Constituição Federal, tendo como limite máximo a simula previsto por esta lei previsto no Artigo 37. incisos X. XI e XV. da Constituição Federal, tendo como limite máximo a simula previsto por esta lei previsto no Artigo 37. incisos X. XI e XV. da Constituição Federal, tendo como limite máximo a simula previsto por esta lei previsto no Artigo 37. incisos X. XI e XV. da Constituição Federal, tendo como limite máximo a simula previsto por esta lei previsto no Artigo 37. incisos X. XI e XV. da Constituição Federal, tendo como limite máximo a simula previsto por esta lei previsto no Artigo 37. incisos X. XI e XV. da Constituição Federal, tendo como limite máximo a simula previsto por esta lei previsto no Artigo 37. incisos X. XI e XV. da Constituição Federal tendo como limite máximo a simula previsto por esta lei previsto no Artigo 37. incisos X. XI e XV. da Constituição Federal tendo como limite máximo a simula previsto por esta lei previsto no Artigo 37. incisos X. XI e XV. da Constituição Federal tendo como limite máximo a simula previsto por esta lei pre
- previsto no Artigo 37, incisos X, XI e XV, da Constituição Federal, tendo como limite máximo a correção inflacionária do período entre a fixação e o momento da implementação, desde que não g inferior a 12 (doze) meses, apurada segundo o índice oficial que reflita a variação de preços ao consumidor.
- Art. 3.º Fica assegurado aos vereadores a percepção de férias remuneradas acrescidas de um terço, bem como, a gratificação natalina que equivale ao décimo terceiro salário previsto terceiro salário previsto terço, bem como, a gratificação natalina que equivale ao décimo terceiro salário previsto constituição Federal, corresponde a um doze avos dos subsídios do agente político fazer jus mês de dezembro, por mês de exercício durante o ano.

  Parágrafo único. A fração igual ou superior a 15 (quinze) dias, será considerada como mesaperios subsídios do agente político fazer jus mês de dezembro, por mês de exercício durante o ano.

  Parágrafo único. A fração igual ou superior a 15 (quinze) dias, será considerada como mesaperios será paga até o dia 20 (vinte) do mesa

- § 1º A parcela única da gratificação natalina poderá ser paga juntamente com o subsídio devida no mês de aniversário do agente político, desde que este faça o requerimento por escrito e obtenha a autorização da Mesa Diretora.
- Art. 5.º A gratificação natalina prevista no art. 3º não será considerada para efeito de qualquer vantagem pecuniária.
- Art. 6.º Na vigência da presente Lei, fica o Presidente da Câmara Municipal autorizado a proceder Praça Eteocles Vitela, 78 - Centro / CEP: 38130-000 / Caixa Postal 05 / Campo Florido-MG Fone: (34) 3322-0200 - e-mail: protocolo@campoflorido.mg.gov.br limitações ou reduções nos valores dos subsídios fixados, sempre que o total das despesas com pessoal atingir os limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal ou da Constituição



## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 7B07-8396-D72E-D722

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

RENATO SOARES DE FREITAS (CPF 769.XXX.XXX-49) em 26/06/2024 01:50:17 (GMT-03:00)

Emitido por: AC CONSULTI BRASIL RFB << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://campoflorido.1doc.com.br/verificacao/7B07-8396-D72E-D722